

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

1º SEMINÁRIO NACIONAL
SOBRE O ENSINO DA
LÍNGUA PORTUGUESA

1973

Aut.

O PAPEL DA LÍNGUA PORTUGUESA EM MOÇAMBIQUE

(pelo Senhor Reitor da Universidade Eduardo Mondlane)

REPÚBLICA POPULAR DE MOÇAMBIQUE
MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

1º SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE O ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA

O PAPEL DA LÍNGUA PORTUGUESA EM MOÇAMBIQUE

No dia 25 de Junho de 1975, com a fundação da República Popular de Moçambique, surge o primeiro estado da história moçambicana.

No passado existiram várias formações estatais disseminadas no tempo e no espaço, mas nenhuma delas exercia a sua acção sobre o território que constitui hoje a R.P.M.. Esses estados não eram Moçambique. A brutalidade da dominação colonial interrompera a sua evolução e o processo natural de unificação, pelo que não deram origem ao estado moçambicano.

O primeiro estado moçambicano, a R.P.M., é conquista do povo moçambicano, da sua luta pela unidade nacional e pela libertação total e completa do seu território de todas as formas de opressão e exploração.

No nosso país, a par da exploração económica desenfreada, o colonialismo português dominou o nosso povo através da opressão cultural, tentando, em vão, destruir aquilo que constitui a essência da personalidade dum Povo, que o une e mantém coeso, a sua cultura e a sua História. E a cultura e a história são veiculadas às gerações seguintes através da língua, forma ideal de comunicação de conceitos.

E assim, tal como impediu o processo de criação do estado, o colonialismo impediu que as diversas línguas faladas no território de Moçambique evoluíssem. Ficaram circunscritas à comunicação do quotidiano imediato, enquanto que a língua do opressor, a língua portuguesa era a língua que comunicava a técnica, a legislação, era a língua que veiculava a opressão e com ela muitas vezes se identificava ao reprimir aquilo que chamavam de falares, dialectos, a quem não atribuíam tão pouco o estatuto de língua porque negavam a existência duma cultura inerente.

Por isso a razão de ser desta breve comunicação em guisa de início dum debate que hoje abrimos sobre a língua portuguesa em Moçambique. E pode parecer

paradoxal que discutamos sobre as formas de melhorar o seu ensino, a maneira de a introduzir na linguagem do nosso quotidiano, que projectamos que ela seja forma de comunicação da nossa intimidade, da nossa criação literária.

Todavia a razão dialéctica da história e os imperativos da construção duma Nação exigem que assim seja.

O nosso estado de operários e camponeses exerce o seu poder do Rovuma ao Maputo, mas o processo de criação da nação moçambicana está ainda longe de se concretizar. A nossa consciência não projecta ainda totalmente a sua existência para além do território da sua tribo ou da sua área linguística. Não existe ainda ao nível de todos os moçambicanos, pelas razões atrás enunciadas, a consciência de pertencerem a um mesmo Povo que habita um território delimitado pelas fronteiras do nosso estado, um povo que foi vítima duma idêntica forma de dominação, que tem uma história recente comum e um presente comum. Um povo que nem sempre consegue comunicar entre si a alegria da construção do Socialismo, um povo que ainda não possui uma consciência nacional consolidada.

A luta armada de libertação nacional, ao colocar lado a lado moçambicanos de diversas regiões, com culturas diferentes e línguas próprias, constituiu o primeiro grande factor criador duma consciência nacional que se cimentou na luta contra o mesmo opressor. Todavia são do conhecimento de todos nós as tentativas divisionistas na história da Frelimo, que utilizaram como instrumentos de divisão o pertencer a esta ou aquela região, o falar esta ou aquela língua, mesmo no centro do fogo de combate. E se é certo que a Frelimo e a Luta Armada foram elementos importantes para a criação duma nação moçambicana, esta não existe ainda e necessita que unamos todos os nossos esforços, que introduzamos mais elementos para a forjar. E um elemento fundamental, embora não determinante, da existência duma Nação é a língua comum.

Teria sido impensável que em 25 de Junho de 1975, se tivesse escolhido uma das várias línguas moçambicanas para língua nacional, porque as querelas que trazia fariam de certo perigar a existência do nosso estado uno, teriam impossibilitado a unidade que criamos no seio do nosso Partido Frelimo e impedido as vitórias que já alcançamos na edificação das bases materiais e que ideológicas para a construção da sociedade socialista.

A decisão de se optar pela língua portuguesa, como língua oficial na R.P.M., foi uma decisão política meditada e ponderada visando atingir um objectivo, a preservação da unidade nacional e a integridade do território.

A história da apropriação da língua portuguesa, como factor de unidade, nivelador das diferenças, veio desde a criação da Frelimo em 1962.

A grande maioria dos homens que constituíam os três movimentos que fundindo-se criaram a Frelimo não dominavam nem utilizaram a língua portuguesa como

como meio de comunicação. Sendo aqueles movimentos constituídos por exilados políticos e económicos, usavam na sua maioria o inglês e o suaili, que tinham sido as línguas em que se formaram politicamente e profissionalmente. Durante os primeiros anos da Frelimo essas línguas surgem com frequência decrescente na comunicação interna da Frelimo. É certo que não surgiu nenhuma resolução do primeiro Congresso sobre a língua, mas foi unânime e tãcticamente aceite que os documentos do Congresso fossem redigidos em português, porque, no meio da diferença linguística, era aquela que encontrou denominadores comuns em todos.

Surgiu como língua operacional do consenso de que constituia um instrumento que além de evitar decisões linguísticas que perigassem a unidade alcançada, permitia o melhor conhecimento do inimigo. Utilizando o mesmo instrumento de comunicação que o inimigo era mais interferir no seu seio. Todos os responsáveis políticos e todos os militantes encetaram imediatamente um esforço no sentido de falar e exprimir-se em português, a começar pelo Presidente Mondlane que na sua formação utilizara apenas o inglês. Apesar de tudo encontramos na terminologia da estrutura política da Frente palavras tais como "chairman" e "branches" que perduraram até ao segundo Congresso em que a nova estrutura as aboliu.

Não se pode portanto concluir, como foi o caso de muitas colónias francesas e inglesas, de que foi um determinismo cultural impresso pelos dirigentes formados na língua do opressor, tendo estudado nas suas escolas e assimilado muitos valores que esteve na origem da decisão da escolha do português como língua operacional. Pelo contrário, essa escolha foi feita em detrimento do conhecimento mais profundo doutras línguas.

Poder-se-á talvez colocar ainda uma outra interrogação: Não terá havido nenhum juízo de valor quanto à qualidade das diversas línguas moçambicanas que tivesse levado à escolha do português? Mas a ser assim as razões que atrás apontámos teriam decidido talvez pelo inglês.

A escolha foi uma decisão tãctica, com uma perspectiva que o futuro plenamente confirmou como sendo a única correcta.

Com efeito no processo de organização da fase preparatória da luta armada, surgiu de imediato a necessidade de uma uniformização terminológica que nenhuma língua moçambicana estava trabalhada para fornecer, sobretudo no campo da técnica militar, particularmente do armamento moderno. A necessidade de treinar combatentes que obedecessem a uma palavra comum, que coordenassem a uma acção militar sob um comando único independentemente da sua língua de origem. A língua portuguesa foi-se tornando-se uma língua operacional. De facto, quando no

campo educacional se decidiu subtrair à influência de escolas anglicanas os refugiados em idade escolar e se criou o Instituto Moçambicano, a língua portuguesa foi a língua do ensino, assim como passou a ser a da escolarização no ensino primário nas Zonas Libertadas. A uniformização dum programa, a feitura dos materiais de estudo, a formação dos professores lucraram grandemente com esse factor.

A língua passou, com o avanço da luta armada e a criação duma estrutura da Frente cada vez maior e mais complexa, a ser o factor unificador do pensamento político comum, formulado nessa língua swãili a todos acessível, com o seu vocabulário cada vez mais variado em conceitos que nem sempre se conseguia traduzir correctamente nas línguas moçambicanas. Os grandes textos políticos da Frelimo, a começar pela declaração da luta armada aos estatutos e programas são redigidos em português.

Toda esta prática de 1962 a 1975 constituiu uma experiência histórica que teve decerto peso quando as estruturas superiores da Frente decidiram que o português passaria a ser a língua oficial no Moçambique Independente, mas como afirmámos no início, a decisão tinha o propósito político de evitar a divisão ao ter que se optar por uma das várias línguas moçambicanas na fase difícil do início do País Independente. Foi uma decisão política que visava também, na base do passado de sofrimento comum, no passado comum de vericência e luta armada de libertação contra o opressor comum, unificar mais esses factores de união e dar-lhes a dimensão de uma consciência histórica comum, de uma dimensão territorial una, dentro das fronteiras de todo o Estado que fosse imediata a todos os Moçambicanos do Rovuma ao Maputo.

Visava ainda garantir a elevação do nível científico de todo o Povo de uma maneira rápida que não podia compadecer-se dos atrasos que traziam as línguas moçambicanas na terminologia técnico-científica.

A brutalidade do colonialismo ao reprimir a cultura dos povos, impedira a evolução harmoniosa das línguas, e elas não estavam aptas a, com precisão e vigor, servir de veículo para a transmissão do conhecimento científico. Também a terminologia científica do Marxismo-Leninismo e a ideologia do nosso Partido Frelimo são dificilmente traduzidas nessas línguas, e a edificação da Nação ao nível da super-estrutura é uma condição fundamental para a consolidação da nossa Independência.

Essa decisão visava pois garantir que a Linha Política do Partido, de maneira exacta e sem desvios, alcançasse todo o Povo e fosse por todos assumida. E a unidade ideológica observada nas eleições para as Assembleias do Povo e na Campanha de Estruturação do Partido são a prova de que a Linha Política do nosso Partido está a ser efectivamente difundida e compreendida pelo nosso Povo.

Todavia foi nas línguas moçambicanas, nas línguas maternas da quase totalidade dos moçambicanos, que ao longo dos séculos de dominação e exploração, se foi transmitindo e criando a cultura moçambicana. E porque é uma cultura intrínseca e genuinamente de Moçambicanos as línguas forjaram as palavras e os conceitos que a transmitem e lhe dão uma razão histórica, e que constitui um Património de todo o nosso Povo e da Humanidade. É aquilo que somos demais autênticos, que vem donde temos as raízes da nossa personalidade, e que na diversidade, fruto da criatividade e riqueza de imaginação, é aquilo que mais essencialmente nos une, e se transforma no cimento da consciência Nacional mais autêntica. Esse Património não pode ser vendido; deve não só ser preservado, como estudado e divulgado. Urge pois que estejamos bem claros de que, a escolha da língua portuguesa como língua oficial não pode de maneira alguma ser feita em detrimento do estudo necessário das línguas maternas, pois elas são parte integrante da nossa cultura.

Temos pois á nossa frente o problema a estudar, o problema do bilinguismo necessário e inevitável. Mas esse é o tema subjacente a todos os debates deste Seminário.

Não terei de certo dito nada que constitua novidade para nenhum de nós; era no entanto necessário que ao iniciarmos os nossos trabalhos o fizéssemos meditando, brevemente que seja, sobre o problema fundamental, que na sua perspectiva correcta e positiva, nos trás no entanto enormes dificuldades na nossa actividade diária de pedagogos. É urgente que o façamos para que os abordemos munidos de pensamento comum, quanto à razão da opção da língua portuguesa como língua oficial e portanto como língua do ensino.

Penso que podemos estar certos de que não foi nenhum determinismo cultural nem administrativo que nos levou a isso, não foi nenhuma elocubração mesclada de complexos de inferioridade que nos conduziu a tal, foi sim uma decisão política profunda, visando longe na história para atingir o objectivo final porque lutámos e lutamos, a construção dum país próspero, sem fome, sem miséria, sem ignorância, um país forte e uno, um país que seja também uma Nação.